

## MARIANA – DA CIDADE PATRIMÔNIO A CIDADE PARTIDA

Paulo Gracino Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo mapear o recente processo de urbanização (1960-1990) sofrido pela cidade de Mariana-MG, bem como seus desdobramentos para a acomodação dos novos contingentes populacionais na cidade. Mais especificamente, focaremos nossas atenções na polarização sócio-espacial entre a população estabelecida e a recém-chegada que marca o cenário urbano da cidade após o referido processo de urbanização. Através de algumas pesquisas, pudemos notar que a população tradicional, ao sentir-se ameaçada pela presença do estranho, tratou de traçar marcos e fronteiras que mapeassem o espaço urbano e garantissem seus lugares de poder. Após o estabelecimento dessas fronteiras, a memória local foi reevocada e chamada a preencher os interstícios do “empreendimento identitário”. Em nosso entendimento, essa polarização entre o “marianense” e os “outros” vai incidir de forma crucial na organização do espaço urbano da cidade, refletindo na disparidade de acesso dos indivíduos em relação aos bens da cidade, ou seja, a um dos aspectos básicos da cidadania.

**Palavras-Chave:** Memória, Espaço, Poder e Identidade.

## "MARIANA – FROM THE DREAMED COMMUNITY TO THE DIVIDED CITY"

**Abstract:** The purpose of this paper is to exploit the main traits and the transformations that occurred during the process of urbanization of the city of Mariana, in Minas Gerais State, in the period from 1960 to 1990, which was influenced by some changes in order to accommodate the new coming population. We will concentrate in the polarization between the settled population and the new one, which may be faced as a characteristic of that city's urban scenery during the process mentioned above. Some studies show that the native population, frightened by the increasing offer of workmanship from the coming groups began to establish frontiers between them, what affected the political situation and also the division of territorial areas. Thus, such movement seems to have produced effects on the spatial organization of the city and, also, in the access of the native population to the cultural goods, what means that this process seems to have affected the evolution of aspects of citizenship.

**Key-Words:** Memory, space, politics, identity

***A primeira impressão não é a que fica***

A primeira vez que visitei a cidade de Mariana-MG foi em 1996, por ocasião das comemorações do dia 21 de abril, dia de Tiradentes, que acontecia na cidade vizinha, Ouro Preto. Ao contrário de sua turbulenta vizinha – com seus vai-e-vem de carros e turistas, disputados aos gritos pelos ávidos guias – Mariana, pareceu-me mais tranqüila. De topografia menos acidentada, ruas largas, retas e bem ordenadas, onde trafegavam poucos carros, a cidade representava a meus olhos uma “típica” cidade do interior mineiro. Em suas esquinas podiam-se ver senhores de aparência muito distinta, que discutiam animadamente os rumos da política ou do futebol local. Andando pela cidade admirava a regularidade e suntuosidade das “barrocas construções”, que compunham um cenário perfeito com as senhoras, de trajés sóbrios e cabelos bem arrumados, que me observavam das sacadas. Logo cheguei a uma bucólica praça – dessas de cidade pequena, com um coreto no meio – ali, reuniam-se mulheres que conversavam calmamente em seus bancos, enquanto as crianças brincavam em volta dos jardins e com peixes que adornavam o chafariz.

A tarde passava lentamente, como parecia que passavam todos os dias naquela calma cidade. O sol já se pondo deixava a praça ainda mais sombreada, formando um local perfeito para os que se reuniam ali para um jogo de damas ou de baralho. Essa tranqüilidade só foi quebrada pelo burburinho das crianças que desciam a ladeira, vindas de uma grande escola no alto de uma colina. Confesso que a harmonia daquela cidade me pareceu irretocável, apresentando-se como um refúgio, uma antítese, das turbulentas cidades grandes. A cumplicidade e a fraternidade transmitidas por seus habitantes, era como um modelo, diante das frias e deterioradas relações de vizinhança nas grandes cidades. Até minha partida, no início da noite, via a cidade como um cenário perfeito, um lugar seguro para se morar e criar filhos.

Um ano e meio mais tarde, em agosto de 1997, estava de volta a Mariana, agora para estudar na cidade, que abriga o Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto – fato que havia me escapado na ocasião de minha primeira visita. No entanto, desta vez minha condição de “turista acidental” havia mudado, agora como estudante e morador da cidade, teria que interagir com suas “redes de significados” e situar-me dentro dela. Porém, a princípio, pareceu-me muito estimulante estudar História em uma cidade como aquela que parecia “ter parado no tempo”, guardado memória e tradição em cada esquina.

Fui morar em uma república no chamado centro histórico e logo percebi que a relação do “marianense” com a população estudantil não era das mais amistosas. Ouvei, em diversas ocasiões, que os estudantes eram os culpados pela “onda” de consumo de drogas que, segundo os moradores, assolava a juventude da cidade, pois teriam sido eles os responsáveis pela introdução das drogas no município, viciando os jovens locais em suas festas. Somado a isso, a praça central, que à primeira vista me pareceu um lugar de encontro da população,

mostrava-se, aos finais de semana, como um dos lugares mais marcados pelas diferenças da cidade. Uma verdadeira síntese do contexto com o qual eu tomaria contato.

Nos fins de semana, em especial aos domingos, a população egressa da missa das seis da tarde segue em direção à praça. Após circular por algum tempo, e encontrar os amigos, reúne-se nos bares que ficam no seu entorno. Neste momento é impossível não perceber, mesmo para os olhos mais desavisados, a marcante divisão do espaço da praça. No lado de “cima” – que aqui não indica altura, pois a praça fica em terreno plano – dispõem-se pessoas predominantemente “brancas”, enquanto na parte de “baixo” os rostos mestiços formam a ampla maioria. No lado de “cima” existem dois bares: um congrega a população adulta e, invariavelmente, toca MPB; o outro reúne jovens e adolescentes, quase sempre embalados por uma banda de rock cantando as últimas das paradas de sucesso. Já na parte de “baixo”, que também conta com dois bares, o som predominante é o funk, entoadado de cor e a plenos pulmões pelos que ali se *aglomeram*.

Era um espetáculo intrigante ver que, mesmo sem nenhuma linha física que dividisse o espaço da praça, a mesma estava partida, sem que nenhum dos integrantes de cada um dos lados tentasse “invadir” o espaço do outro; o entendimento era tácito. Os únicos a destoar de tal ordem eram os estudantes, que freqüentavam ambos os lados, mas sendo rejeitados igualmente pelos dois.

Com o decorrer do tempo, em conversas cotidianas com moradores do centro histórico, percebi que a situação da cidade era complexa e interessante. Um dia uma vizinha bastante idosa, uma das poucas que se dignavam a conversar com “estudantes”, confidenciou-me que:

Mariana não era assim não, era uma cidade muito boa, muito **limpa** e tranquila. Aqui ninguém trancava a porta, você podia dormir de janelas abertas, todo mundo se conhecia.. Ah que tempo bom... era só esse centrinho aqui.... era só isso aqui... todo mundo se conhecia... todo mundo se ajudava... agora..ah.. agora é isso aí... olha só as grades em minha janela.<sup>2</sup>

Após uma pesquisa informal, fiquei sabendo que Mariana havia passado por um intenso processo de urbanização nas últimas décadas (1970-1980), motivado pela instalação de três grandes mineradoras no município. Esta rápida e desordenada urbanização revolveu não apenas seu espaço físico como deu uma nova configuração ao espaço sócio-simbólico da cidade. Com a chegada dos novos contingentes populacionais a população já estabelecida percebeu-se imbuída da tarefa de cunhar novos códigos que pudessem guiar suas ações e as ações dos neófitos dentro do espaço urbano. Os “guarda de fronteira”, para lembrar Bauman<sup>3</sup>, foram acionados e logo trataram de cavar trincheiras que separassem os “tradicionais” dos “forasteiros”. Se levarmos a sério o que nos dizem tanto Barth<sup>4</sup> quanto Agier<sup>5</sup>, a criação da identidade é sempre contextual e relacional, não existem definições de identidade em si

mesma, são sempre relativas a algo que está em jogo, portanto, seria impossível para um morador “tradicional” se ver como tal, sem a presença do “estrangeiro”.

No caso de Mariana, a coisa em jogo era a posse do espaço da cidade, bem como a prerrogativa de continuar ditando as regras para o funcionamento das instituições e os caminhos mais seguros a serem seguidos pela sociedade marianense. Porém, se nos contentássemos com a soma de “histórias” que ouvimos sobre o processo de urbanização da cidade de Mariana e sua “decadência” pós-urbanização, narradas em alto e bom tom pela população “tradicional”, somadas às impressões de nossa primeira visita, acreditaríamos que “o círculo aconchegante” – a comunidade – tinha sido realmente corrompida pelo progresso e pela chegada do “estranho”. Para lembrar mais uma vez Agier<sup>6</sup> :

O que está em jogo é sempre passível de ser detectado na pesquisa empírica contextualizada, aprofundando caso por caso o conhecimento de tudo o que cerca a questão identitária, constituindo então a parte mais relativa da identidade, aquela que se nota quando as identidades são consideradas como processos localizados, datados, mas que desaparece quando se fala das identidades como produtos já dados.

Nesse sentido, olhando mais de perto, pudemos identificar as efemérides do processo de estabelecimento de novos grupos populacionais na cidade, bem como a reação dos grupos já estabelecidos. Levando em consideração trabalhos anteriores<sup>7</sup>, acreditamos que, após o processo de urbanização sofrido pela cidade, a antiga população se viu acossada pelo medo do novo, do estranho. Esse medo foi direcionado para as pessoas que não se encaixavam no mapa cognitivo local, que tornaram turvo o que devia ser transparente, obscurecendo fronteiras que deviam ser vistas claramente<sup>8</sup>. Assim, fez-se necessário se traçarem novas fronteiras e, a seguir, preenchê-las de sentido.

Desta forma, os “verdadeiros marianenses” trataram de mapear seu território e colocar os marcos das fronteiras. Esta tarefa não foi tão difícil. Ajudados pela arquitetura da cidade, estabeleceram que todos os legítimos marianenses estavam dentro dos limites do centro histórico; fora dele estavam simplesmente os “outros”, que necessitavam de uma classificação mais aprimorada, como veremos mais adiante.

Uma vez estabelecidas as fronteiras, era necessário um discurso que preenchesse seus interstícios, dando corpo ao “*empreendimento identitário*”<sup>9</sup>. É nesse ponto que entram em cena o que o antropólogo Michel Agier chama de “*especialistas na identidade*”<sup>10</sup>, indivíduos incumbidos de enunciar a identidade das comunidades. Em Mariana, esses “profissionais da identidade” vão encontrar um manancial riquíssimo, repleto de lendas, “tradições populares”, documentos oficiais, romances e, até mesmo, trabalhos acadêmicos. Resta-lhes o trabalho de

selecionar os eventos que melhor se encaixam na narrativa sobre a opulência da velha cidade barroca.

Entendemos o processo que ocorreu na cidade de Mariana nos moldes do que o historiador Eric Hobsbawm chama de “invenção das tradições”

Por invenção das tradições, entende-se como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, ou que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.<sup>11</sup>

Não obstante a essa conceituação, cabe esclarecer que não acreditamos que tais processos de construção de narrativas se façam à revelia de eventos históricos realmente acontecidos. O que queremos dizer é que embora a memória, como bem nos ensinou Maurice Halbwachs<sup>12</sup>, seja reelaborada a partir do momento presente, fruto das aspirações e aflições de grupos sociais vivos, não perde, de forma nenhuma, seus vínculos com o passado<sup>13</sup>. Além disso, ainda que os chamados “especialistas na identidade” tenham um peso considerável na produção dos discursos identitários, uma vez que possuem “microestratégias identitárias”, não acreditamos que esse processo se faça sem a participação e a colaboração dos agentes locais envolvidos.

Desta forma, autores como Sartorelli Bovo<sup>14</sup>, que, em seu *“Mariana: berço de varões ilustres”*, exalta a honestidade e a distinção do “marianense de berço”, não falam no vazio. Ao contrário, fazem eco, reforçam e delineiam o imaginário de todo um grupo de pessoas, que vêem nessa distinção uma oportunidade de manter canais locais de prestígio, ou mesmo benesses econômicas.

Porém, não são só os jogadores locais que tomam parte no jogo de construção da identidade, dele também participam *“estruturas supralocais”*. Para Antony Leeds, seriam estruturas supra locais:

Organismos sociais para cujos princípios organizacionais qualquer conjunto dado de condições locais e ecológicas é irrelevante (...) Qualquer estrutura cuja formação não seja governada por, ou relacionada a, uma dada localidade e que confronta várias localidades de maneira idêntica.<sup>15</sup>

Como observaremos no próximo tópico, atuaram no contexto da formação da identidade marianense estruturas supra locais como a Igreja Católica e o Estado. Nesse sentido, qualquer conceituação da cidade de Mariana enquanto uma comunidade isolada e com uma dinâmica interna própria é desabonada, na medida em que os atores locais sempre

estão em contato com as estruturas supra locais, apossando-se dos seus discursos ou utilizando suas brechas para conseguir seus objetivos.

### **Os Marianenses e os outros: o progresso e a chegada dos estranhos**

*Então foi uma vida que quebrou, não que eu sou saudosista —eu sou. Pode falar que eu sou! Porque quebrou aquela harmonia que tinha na cidade (...)*

(Excerto da entrevista de Rosa, diretora da ONG Amar Mariana)

Cidade situada no norte da Zona da Mata Mineira, Mariana vai ter sua história marcada por dois elementos fundamentais: as jazidas minerais e a sua religião, elementos que parecem fundir-se e confundir-se na memória social local.

Na narrativa da fundação da cidade em 1696<sup>16</sup>, história e memória se conformam para criação de um “mito fundador”, que ecoa ainda hoje nas mentes dos cidadãos marianenses.

Era 1696. E naquele dia crepitava em Mariana a chama de brasilidade que ardia no peito dos intrépidos bandeirantes do desbravamento, transformando-se, em termos de trabalho, no primeiro acampamento — verdadeiro embrião de sociedade ativa e operosa — às margens do curso d' água que deram o nome de Ribeirão do Carmo, extensivo a localidade, com o intuito de explorar as potencialidades de apreciáveis reservas auríferas. O gênio bandeirante de Salvador Fernandes Furtado, chefe da expedição, não demorou — o depoimento é da História — na determinação de erigir, dia seguinte, o padrão de conquista em torno do qual o Capelão Padre Francisco Gonçalves Lopes rezou a primeira missa. Estava fundado o arraial, predecessor dos Bispados, a que sucederam a primeira Vila, a primeira cidade e, posteriormente a primeira capital de Minas, centro irradiador de ação civilizadora.<sup>17</sup>

Apesar dos elementos singulares exaltados pela *identidade* marianense, a cidade teve uma história bastante comum a dos outros centros urbanos coloniais de Minas Gerais. Quase todos viveram tempos de opulência no auge da idade aurífera, no século XVIII, bem como os tempos sombrios de sua decadência<sup>18</sup> no século XIX. Mariana não foi diferente; marcada, no século XVIII, pela febre do ouro que financiou as ricas construções barrocas, entra em declínio no século XIX, quando assiste à evasão de boa parte de seu contingente populacional para o interior da Capitania, o que explica, em parte, a preservação de seu patrimônio.

Porém, antes de esvair-se, o ouro atrai para a região um contingente populacional significativo, tanto da Colônia, quanto do *além-mar* e dá à cidade o *status* de primeiro bispado e

capital das Minas Gerais. Segundo Antonil (1982), são milhares de negros, índios e mulatos trazidos pelos bandeirantes paulistas.

Quase tão rápida quanto a ocupação do centro urbano da cidade foi a sua desocupação. A crise do ouro levou boa parte da população da cidade a trocar a vida urbana pela vida rural. Inúmeros donos de lavras de ouro vão buscar outras searas para investirem o acumulado com a extração do metal. Abandonam o centro urbano rumando para outras Capitânicas ou para região de “fronteira”. A cidade e o casario vão ser ocupados pelos antigos mascates e tropeiros.

Enquanto isso, o centro urbano, naquela época sem seu *status* de patrimônio histórico, deteriorava-se, abandonado à própria sorte. As famílias residentes, no hoje chamado centro histórico, iam fazendo as modificações necessárias a seu funcionamento. Diga-se de passagem, muitas dessas famílias acabaram adquirindo os imóveis por preços módicos, principalmente depois da transferência da capital da província de Ouro Preto para Belo Horizonte em 1898 (Fischer 1993). A literatura a respeito de Mariana na virada do século XIX para o XX, mostra uma cidade estagnada,<sup>19</sup> o que é refletido também nas bucólicas poesias de Alphonsus de Guimarães:<sup>20</sup>

Na arquiépiscopal cidade de Mariana,  
onde o mais triste é a triste vida humana,  
a contemplar eu passo o dia inteiro,  
absorto, tudo que minha alma está  
de há muito morto (...)<sup>21</sup>

Apesar dos esforços para trazer de volta à vida o que restou do grande centro urbano mineiro do século XVIII, Mariana continuava nessa época (finais do XIX e início do século XX), apenas com parcas *estrebárias*, a estrada de ferro e com a mineradora, *Ouro Preto Gold Mines of Brazil*, instalada no distrito de Passagem de Mariana. Nesse período, através de um convênio firmado em 1918 com essa companhia, é instalada a luz elétrica no município. Assim, todos os ventos parecem soprar para o progresso.

O principal sonho do habitante da cidade na época é vê-la industrializada, como já havia ocorrido com outras cidades mineiras, como Juiz de Fora. Lembramos que, até então, a idéia de preservação não assolava as mentes da população, a ordem do dia era uma só: modernizar.<sup>22</sup>

No entanto, depois da década de 1920, vários movimentos vão sacudir o país e serão sentidos em Mariana. A Semana de Arte Moderna de 1922 e a vitória do movimento revolucionário de 1930, além da instauração do Estado Novo em 1937, requererão uma reescrita da história do país. Uma nação tem que ter seus ícones, heróis e mártires, um passado para se orgulhar e guiar suas ações para o futuro. Lembrando novamente Hobsbwan a respeito da invenção das tradições, podemos imaginar que há de se ter novas tradições para

se preencher a identidade de um “Estado Novo”. Assim, Mariana entra em cena, pela instituição da “verdadeira identidade nacional”. A “barroca cidade” é retirada das cinzas para provar a bravura de nossos antepassados, bandeirantes-portugueses, é claro.

Na década de 1910, em mais uma “excursão bandeirante”, com a visita de Mário de Andrade a Alphonsus Guimarães, em 1919, na chamada “Viagem de descoberta do Brasil”, começa-se a forjar a memória preservacionista marianense, como podemos observar nesse excerto:

Há cinco dias estive aqui o Sr Mario de Moraes Andrade, de São Paulo, que veio apenas para conhecer-me, conforme disse. (...) Viaja para fazer futuras conferências, e visitou todos os velhos templos desta cidade.<sup>23</sup>

Todavia, será apenas em 1936 que, com Mário de Andrade à frente de um projeto de preservação do patrimônio histórico nacional, será dada a chancela final para o tombamento do patrimônio histórico da cidade.

A despeito de ter sido um movimento bastante verticalizado, a criação da “Cidade Patrimônio Histórico Nacional” (condição à qual foi elevada em 1945) contou com apoio da população “tradicional” que, “*saudosa espera ansiosa a volta dos tempos gloriosos*”, nos quais a cidade era a “*princesa das Minas*”<sup>24</sup>, Capital e única cidade da Capitania. A exaltação dessa identidade ímpar da cidade é muito recorrente nos depoimentos que tomamos. Nesses, a cidade é tida como uma obra de arte, criada com destino quase que transcendental:

Mariana na verdade é uma cidade privilegiada, porque ela foi traçada por Alpoim<sup>25</sup>, que era um engenheiro português e Arouca<sup>26</sup>, um arquiteto português, traçou também as casas, trabalhou nas casas. Você vê que era um traçado muito bem feito, o miolo da cidade [centro histórico]. Acontece que Mariana começou com um progresso desregrado, construíram-se bairros, a explosão demográfica (...) <sup>27</sup>

Essa “tradição” ecoa até hoje nas mentes dos cidadãos marianenses, ficando sempre a esperança de ver novamente a cidade respirar os ares da prosperidade. Porém, dos áureos dias restaram apenas os sobrados, as igrejas e as “barrocas famílias”. Mas é justamente dessa tríade que vai se erguer o “orgulho de ser marianense”.

Como podemos notar no excerto a seguir, a família é o alicerce desta memória e as construções são “monumentos”<sup>28</sup> que atestam sua grandiosidade. É a família que guarda em seus arquivos pessoais os documentos, as fotografias e as relíquias:

Lá em casa eu tenho essa mania de preservação, por exemplo minha caçula foi fazer restauração, ela é formada em restauração. Na minha casa todos tem essa mania de preservação, porque viu na família, só que outras famílias não tem essa força então começou a degradação.<sup>29</sup>

Como podemos observar no depoimento, o próprio nome é motivo de orgulho e evocação de um tempo passado, porém vivo no cenário barroco e, acima de tudo, na própria família. Se as “ilustres famílias marianenses” são, ao mesmo tempo, guardiãs e “lugares desta memória” (Nora, 1996), os monumentos são apenas suporte e testemunhas de seus feitos.

Eu falei meu pai não precisava deixar nada pra mim, pois o que ele deixou foi o maior ouro do mundo, pois graças a ele, as pessoas confiam em mim, as pessoas acreditam em mim, eu consigo qualquer coisa que eu quero. Porque tenho um nome meu pai deixou isso pra mim. Meu pai falava, que o maior valor que a gente tem é o nome, mas a juventude de hoje, eles não ligam, não dão a mínima. Valores de família, acham aquilo piegas, coisa ultrapassada, você tem que dar valor seu nome (...)<sup>30</sup>

As igrejas e o casario só existem pela ação “intrépida” de seus “antepassados portugueses”, que, graças a fé e lealdade ao catolicismo, e mesmo contra a vontade dos governantes<sup>31</sup>, organizaram as confrarias e irmandades leigas, erguendo todo aquele patrimônio que hoje é orgulho em todo o país. Graças aos esforços dos “desbravadores”, toda aquela riqueza pode ficar para a posteridade, como podemos observar nesse depoimento:

A igreja pertence à ordem, porque quem construiu foi a Irmandade, o clero só tem uma igreja aqui que é a São Pedro dos Clérigos, que eles construíram. Agora de acordo com o Código do Direito Canônico desaparecendo a Irmandade, ou a ordem, quem administra a igreja templo é o pároco, mas enquanto tiver um ou dois aí.<sup>32</sup>

Para esse grupo de pessoas, seria impensável que a cidade símbolo do “el dourado” hoje sucumbisse à monotonia e a morosidade de uma simples cidade do interior. A cidade “berço da civilização mineira” tinha que continuar existindo, nem que para isso tivessem que lhe amputar uma parte da história. A identidade da cidade tricentenária e de “suas barrocas famílias” é construída de algumas lembranças e muitos esquecimentos.

Com o olhar voltado para o passado a cidade espera a volta dos gloriosos tempos, em que voltará a ser a principal cidade de Minas Gerais. Essa angústia que parece tomar conta da população está expressa em vivas cores em seu hino, composto pelo poeta Alphonsus de Guimarães.

*“No seio dolente das idas idades  
Em meio no silêncio fiquei a sorrir,...  
A Deusa de outrora só tinha saudades,  
chorando o passado, esperando o porvir!  
(Estrilho)*

Entre os coros das litânias  
Que vêm do céu, nas asas do luar  
Vivo de mortas alegrias,  
Sempre a sonhar, sempre a sonhar!  
*Quem é que vem perturbar o meu sono  
De bela princesa no bosque a dormir?  
Que há muito caiu sobre o solo do meu trono,  
Que era emperolado de perlasso de Ofir!*

*De estrela o céu sobre mim se recama;  
Há luz no Zênite e clarões no nadir...  
O campo auriverde da rosa auriflama  
É todo esperança esperei o porvir!*  
Agora bem sinto, no peito, áureos brilhos;  
De novo me voltam os perlassos de Ofir...  
Aos doces afagos da voz dos meus filhos,  
Mais bela que outrora, eu irei ressurgir.

Outro “ciclo” mineral traz à cidade sua terceira leva de migrantes. Porém, dessa vez não será o ouro, mas as jazidas de minério de ferro que atraem três grandes companhias e seus operários. Mais uma vez Mariana vai se ver revolvida por novos contingentes humanos.

A partir da década de 1960 chegam as primeiras mineradoras na cidade, causando um processo de urbanização jamais sonhado nas melancólicas décadas anteriores. A sede do município, que nos anos de 1960 contava com menos de sete mil habitantes, termina o século com mais de trinta e cinco mil.

Em 1965, chega a S. A. Mineração Trindade (Samitri), que mesmo antes de sua ativação já atraía um significativo contingente populacional, causando modificações no ritmo calmo da cidade (Fischer: 1993). No entanto, o crescimento populacional da década foi bastante tímido; nesse período a população da sede do município passou de 6837 habitantes em 1960, para 7720 habitantes em 1970<sup>33</sup>.

Motivadas pelas reservas minerais e pelos gordos incentivos fiscais oferecidos pelo ímpeto desenvolvimentista ditatorial, chegam à Mariana mais duas mineradoras, Samarco Mineradora S.A e a Companhia Vale do Rio Doce. A chegada na década de 70 (1977), da companhia Samarco, provocaria um fluxo de pessoas para o município bem mais significativo do que o da década precedente. Segundo Fischer<sup>34</sup>, 10 mil pessoas se deslocaram para o município na época, muitas delas empregadas das empreiteiras, trabalhadores que, após as obras, permaneceram na cidade mesmo desempregados. Na década de 1970 o crescimento demográfico foi bem mais significativo. A população da sede, que era de 7.720 habitantes, chegou ao final da década com 12.853, mostrando um crescimento de 18,63%, índice superior

ao do Estado no mesmo período<sup>35</sup>. Em 1979, era a vez da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) começar a construir suas instalações na cidade, para iniciar a produção em 1984<sup>36</sup>.

Nessas primeiras décadas o crescimento demográfico foi o resultado de grandes fluxos populacionais vindos de outros municípios: funcionários da empresa e seus familiares e, sobretudo, grande número de pessoas em busca de trabalho, além da mão-de-obra pouco especializada, que trabalhou na instalação das empresas e que permaneceu na cidade após o fim das obras<sup>37</sup>. Nesse período a população rural do município de Mariana tem pouca participação na composição da população da cidade, tendo uma variação modesta, saindo de 11.329 em 1950, para 9.901 em 1980.<sup>38</sup> Mariana só conhecerá uma migração campo-cidade significativa no final dos anos oitenta e início dos noventa. Porém, cabe-nos ressaltar que uma significativa parcela da população migrada para Mariana, principalmente a que constituía a mão-de-obra menos especializada utilizada pelas empreiteiras, não provinha dos grandes e médios centros e sim das pequenas cidades da região, como pode ser observado nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980<sup>39</sup>.

Com toda essa profusão populacional novos ares do progresso enchem de vida os pulmões dos marianenses, alentam a volta dos “bons tempos”, como escreve, já em 1967, o escritor marianense Waldemar de Moura Santos<sup>40</sup>:

Mariana de quatro décadas passadas era muito diferente da princesa serrana de hoje. Nos dias que correm, sente-se que passa sobre sua frente prateada um sopro de rejuvenescimento, uma aura de modernismo, uma vibração de dinamismo: recebe, por certo, novas seivas de vitalidade, mas esse vigor esses adornos, obra do progresso, não afoga os encantos ternos de outrora.

Com o olhar voltado para o passado a cidade espera o retorno dos gloriosos tempos, em que voltará a ser a principal cidade de Minas Gerais. Tal como o anjo da história descrito por Benjamin<sup>41</sup>, Mariana segue seu caminho, arrastada para o futuro pelos ventos do progresso e com a face voltada para um (suposto) passado de glórias.

A chegada das Companhias Mineradoras traz de “volta a vida” aos corações marianenses, colocando a cidade de “volta aos trilhos do progresso”<sup>42</sup>, segundo uma entrevistada:

Minha mãe, quando a Vale veio, a primeira coisa que minha mãe fez foi comprar um móvel de fórmica, e a gente achava maravilhoso o móvel de fórmica, nossa, mas era lindo o móvel de fórmica, era moda na época o móvel de fórmica, naquele auge. Tinha aquele pintadinho de dourado, minha mãe comprou aquilo e a gente ficava admirando o móvel, parecia uma coisa de outro mundo.

Uma loja na época aqui ela trouxe, esse móvel porque a Vale [CVRD] tava aqui. Então a gente comprou esse móvel, mamãe deixou tirar de dentro da casa da gente móvel antigo, maravilhoso, encostou, pra por colocar esse móvel de fórmica e a gente adorava o móvel de fórmica.

Hoje em dia a visão nossa. Poxa vida como é que eu achei bonito aquele trem, como é que eu larguei aquilo, e fiz isso, eu já abri os olhos já. As casas dentro de Mariana, acho que eu já estou mais na frente do que.. Acho que todas as casas dentro de Mariana deveriam persistir móveis antigos, não é fora só não é dentro também. Eu adoro entrar na casa da minha mãe, que eu acho que estou entrando na casa da minha avó, eu entro na casa da minha mãe e... só falta o fogão de lenha.

Então eu to voltando no tempo, to resgatando isso, em tempo e tentando mostrar meus filhos, meu passado e o passado de muitas pessoas, que foi muito bom e valorizando aquilo. Meus filhos adoram coisas antigas, meus filhos não gostam de coisa moderna, eles vão na casa das minhas irmãs e acham maravilhoso os móveis modernos em Belo Horizonte, mas eles tem maior valor aos móveis antigos. Esse foi o mal que minha mãe passou pra mim, não deixou eu enxergar por conta própria... e ela hoje em dia enxerga (...)<sup>43</sup>

A despeito das atualizações que faz, por se tratar de uma militante de uma ONG, que tem por finalidade a preservação do patrimônio histórico, a entrevistada demonstra o teor da sedução que o dito progresso trouxe para as mentes dos cidadãos marianenses.

Nesse momento a memória da cidade é re-evocada e, é claro, re-atualizada. Com a chegada dos “tempos áureos do progresso”, a cidade vai se ver partida, dividida entre o velho e o novo, apesar da resistência permissiva de uma pequena parte da população do centro histórico. No entanto, o que importa é a prosperidade prometida, o que antes devia ser preservado hoje pode ser descartado:

Muito marianense ficou com o pé atrás, meu pai dizia: Mariana agora vai acabar, mas é um mal necessário. Mas aí eu perguntei: Por que deixa-la vir se a gente sabe que vai prejudicar mais do que vai melhorar? Ele falava assim, Mariana tem a parte histórica, que envelhecida, os novos que estão aqui estão indo embora, indo estudar fora, indo procurar emprego de melhor qualidade, se não fica igual àquela cidade que só tem velho.

A Vale veio e a ambição dos jovens da época era ganhar os melhores salários, pois a média aqui era salário mínimo, e continua. Aqui não exista classe alta não, aqui é média e baixa. E o que que acontece, meu pai falava assim, ou a gente perde os jovens vão todos pra fora, desenvolver a necessidade deles, ou tem que ter emprego em Mariana.<sup>44</sup>

As “barrocas famílias” parecem não mais dar importância para o “seu” patrimônio histórico. O que leva a socióloga Mônica Fisher<sup>45</sup> a intitular assim a sua tese: “*Mariana: os*

*dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*". O contexto social adverso, ao qual se referia a autora, era exatamente esse: para as famílias "tradicionais" não interessava, naquele momento, a preservação do patrimônio e sim o progresso que traria de volta o esplendor *perdido* pela cidade, voltariam os dias de prosperidade. Nesse contexto, a preservação assume um papel secundário, uma vez que não precisará de testemunhas do esplendor do passado, se pode viver o esplendor do presente.

O que eu me pergunto é porque que eu demorei tanto a reagir parece que tava todo mundo anestesiado, o Deus por que eu não gritei há vinte anos atrás? Parece que tava todo mundo anestesiado.<sup>46</sup>

Esse sentimento, para nós observadores "estrangeiros", parece estranho e, até certo ponto, contraditório, mas foi o que ouvimos em entrevistas junto às pessoas que, em 1986, defenderam a criação de um ginásio poli-esportivo, que contrastaria com a arquitetura barroca da cidade. Na época um grande número de pessoas foi às ruas para reivindicar a continuidade das obras do ginásio<sup>47</sup>. Os jornais exibiam slogans como: "Mariana não pode parar"<sup>48</sup>, "A cidade retoma os rumos do progresso",<sup>49</sup> "Mariana retoma seus tempos de glória".<sup>50</sup> Mesmo já sofrendo alguns percalços da urbanização desordenada, a cidade ainda apostava nos louros do progresso, como podemos observar na entrevista concedida à pesquisadora Mônica Fischer, por um ex-prefeito da cidade:

Nós nos últimos vinte anos, ou melhor, nos últimos dez, com a vinda das mineradoras, Mariana progrediu muito, muito mesmo. Mariana era uma cidade pequenininha, sabe, Mariana cresceu demais da conta! Então eu acho que seria melhor agora a gente ver o que pode fazer para continuar o progresso, pra Mariana progredir bastante.

Em algumas preocupações nossas como o distrito Industrial, mini Shopping (...) o departamento de agropecuária, pra gente incentivar a produção e a comercialização na cidade, que eu acho que aí é que está à base do progresso (...)

O João trabalhou muito por Mariana, sabe, mas eu acho que faltou da parte dele a confecção de um Plano Diretor, o que nós estávamos querendo agora é ouvir mais o público, porque ele fez muito (...) de acordo só com ele. Era que ele mandava sozinho e pronto. Então vieram os problemas que nós já comentamos aqui, durante nossa conversa, por exemplo, a localização do Ginásio Poliesportivo, a provocação do êxodo rural, mas, honra seja ele trabalhou bastante por Mariana (...) Uma das coisas que levou ao êxodo rural de Mariana, foi à distribuição gratuita de lotas pela prefeitura. Então o pessoal veio na ilusão de que teria uma vida fácil em Mariana (...) muitos deles já desiludiram, alguns já voltaram pro campo. Não tem como incentivar esse pessoal a voltar hoje, mas pelo menos eu tenho como incentivar os que estão lá a ficar, a gente vai tentar dar esse apoio.<sup>51</sup>

No entanto, o progresso mostra suas faces, uma face exuberante, que prometia um futuro feliz e próspero, outra aterradora, que mostrava uma cidade “caótica”. Logo, Mariana estará dividida, partida, dilacerada. A face exuberante do progresso não veio, e a pseudo-harmonia das “barrocas famílias” foi quebrada. É o que podemos observar nas palavras dessa entrevistada quando perguntada sobre as mudanças, que as companhias trouxeram para a cidade:

Os funcionários [CVRD], a elite né? Não gostavam daqui, criticavam e debochavam, porque o povo de Mariana era um povo humilde, mas um povo que gostava de cultura, recebia-se todo mundo em Mariana, não se trancava a porta aqui nessa cidade. Qualquer estranho que chegava, batia um papinho e já chamava logo pra tomar um café...

Agora tem uma coisa, a base de emprego aqui em Mariana a ALCAN [usina de alumínio situada em Ouro Preto], a maioria trabalhava lá, ou trabalhava na Mina da Passagem, ou na Fábrica de Tecido São José, trabalhavam na rede ferroviária, na ferrovia. Então, quer dizer, a gente tinha uma vida saudável, calma, sem poluição. Então quem não era filho de ferroviário, era filho de professor...

Então foi uma vida que quebrou, não que eu sou saudosista —eu sou. Pode falar que eu sou! Porque quebrou aquela harmonia que tinha na cidade, cê ta entendendo? Tinha por exemplo as festas religiosas, teatros ao ar livre, naquela época meu pai fazia cada coisa linda [referência ao pai ex-prefeito da cidade]. Tinha grupos de teatro aqui em Mariana, desfiles, uma coisa... nossa. As pessoas se sentiam até importante de participar, não é falar que é só elite que acabava tendo... mas as nossas famílias, **tradicional de Mariana**, todo mundo queria participar. Se tinha um baile era aquela coisa familiar, não tinha problema, era um carnaval. Então todo mundo tinha o prazer de participar, os marianenses ausentes tinham o prazer de vir. Os marianenses que já não moravam aqui mais, a família... todo mundo preparava a casa...

Então essa harmonia de vida do interior quebrou, isso dói. Pra falar a verdade com você, nós perdemos muito. Isso dói, pois parece que nós somos estrangeiros em nossa terra.<sup>52</sup>

As companhias mineradoras trazem consigo muito mais que operários e suas famílias; trazem novas idéias, novas visões, novos problemas sociais, que logo vão contrastar com o jeito de viver e as idéias da população estabelecida na cidade. O tão esperado desenvolvimento veio, mas não com shoppings e grandes magazines. Porém, ele trouxe a instabilidade, a fugacidade e a incerteza.

Se, até a década de 1960, a chamada “cidade velha” abrigou quase toda a população da sede urbana, nas décadas posteriores, principalmente no período que vai de 1975 a 1985, há uma rápida transformação no espaço urbano da cidade. A chegada das mineradoras e seus operários demandou o planejamento e a construção de bairros (chamadas Vilas) exclusivos a

esses, que dispusessem de serviços básicos, que o resto da cidade carecia, tais como escolas, serviço médico, clubes sociais, supermercados, e serviço de água, etc.

Neste período, observa-se o incremento da ocupação da chamada “cidade nova” e o surgimento de vários bairros periféricos nas cercanias da cidade e nas regiões ribeirinhas ao Ribeirão do Carmo, chamadas “prainhas”. Esses bairros, bastante insalubres, foram fruto de uma ocupação “desordenada” do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelísticas muito comuns na região. De acordo com pesquisa anterior<sup>53</sup>, constatamos que os dois bairros mais pobres do município, Cabanas e Santo Antonio (Prainha), têm sua população formada quase que em sua maioria por pessoas vindas da zona rural ou de outros municípios, 59 e 60% respectivamente. Nesses bairros, os números quanto à renda, violência e escolaridade, também não são favoráveis.

Depois de passada a “febre do progresso”, a população “tradicional” da cidade volta-se para um projeto higienista, que visa civilizar ou, se possível, extirpar esse excedente populacional indesejável à “harmonia barroca” da cidade. Foram várias as tentativas e muitos os projetos de se remover do município a população migrada e sem emprego.

Se lembrarmos Bourdieu<sup>54</sup>, para quem a hierarquização dos espaços se torna uma coisa cada vez mais proeminente no “contexto global” em que vivemos, podemos imaginar que ela está na ordem do dia mesmo em cidade menores, como o caso de Mariana. Nesta, também vemos a tentativa de “revitalização”, como chamam, ou “higienização”, como preferimos, do centro histórico da cidade, bem aos moldes do Pelourinho baiano.

O “conjunto arquitetônico da cidade” é pensado como um lugar ideal, sem mendigos, vagabundos ou pobres. Se eles existem, tem que se dar um jeito para que não apareçam, para que não atrapalhem o bom andamento das coisas, do comércio e do afluxo de turistas. Recorremos, aqui, a um excerto de Bauman:

Os turistas ficam ou se vão ao bel-prazer. Deixam o lugar quando novas oportunidades não experimentadas acenam em outra parte. Os vagabundos sabem que não ficaram muito tempo num lugar, por mais que o desejem, pois provavelmente em nenhum lugar onde pousem serão bem recebidos. ...Sinal verde para os turistas, sinal vermelho para os vagabundos... Não há turistas sem vagabundos e os turistas não podem ficar à solta se os vagabundos não forem presos.<sup>55</sup>

É justamente “prender vagabundos”, o mote da “população tradicional” da cidade e, por conseqüência, do poder público municipal.<sup>56</sup> Porém, aqui não são usadas grades, ou correntes, e sim o capital simbólico acumulado pelo grupo hegemônico.

Não queremos passar a falsa idéia de que a cidade de Mariana vivia em uma sociedade harmoniosa e justa que, com a chegada das grandes companhias mineradoras, esse ambiente bucólico tenha se *desmanchado no ar*. Sabemos que desde a primeira *Bandeira*

que chegou às terras da *Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo* (Mariana), sua sociedade é cortada por inúmeras disparidades sociais. Tampouco, pensamos o cerne desses dilemas sociais como algo resolúvel, num futuro próximo ou longínquo.

Grosso modo, podemos dividir a cidade de Mariana em três grupos populacionais, para essa divisão utilizaremos critérios como local de moradia, tempo de estabelecimento na cidade, ocupação e auto-reconhecimento como pertencente ao grupo. Tentamos unir referenciais de classificação locais aos cunhados por nós.

Baseado-nos nesse critério, podemos dizer que, em um extremo, se posta o grupo que se auto-reconhece como “moradores tradicionais da cidade”, composto por famílias locais e tradicionais, que ainda se mantêm em grande parte no antigo núcleo histórico. Estas, mesmo não sendo um grupo majoritário, nem muito homogêneo, exercem a hegemonia político-social-religiosa na cidade.

No intermédio temos o grupo constituído pelas famílias dos trabalhadores das mineradoras, ou simplesmente “trabalhadores da Vale”, que constituem um segmento de padrão econômico relativamente elevado, vindos de outras cidades de Minas Gerais, com hábitos e expectativas próprias.

As famílias dos operários das companhias mineradoras têm pouca ou nenhuma participação na vida político-social da cidade, além de residirem em bairros distantes do centro histórico. Possuem seus próprios centros de lazer, construídos pelas mineradoras, seus supermercados e suas escolas. Somada a isso, podemos destacar a consciência de sua transitoriedade; uma vez extintas as jazidas de ferro, irão para outro local. Esta consciência pode ser notada, entre outras coisas, pela baixa participação política nas eleições municipais, uma vez que a imensa maioria nem sequer vota no município<sup>57</sup>.

No outro extremo, temos o grupo constituído por segmentos populacionais vindos, em sua maioria, da zona rural, ou de pequenas cidades das cercanias do próprio município, atraídos pela possibilidade de conseguir empregos ou pela esperança de obter um lote. Este grupo apresenta um poder aquisitivo muito baixo, constituindo-se no mais significativo numericamente na cidade.<sup>58</sup>

É interessante notar que mesmo encontrando-se segmentada em três grupos bem distintos, segundo os parâmetros apresentados, a sociedade marianense vai assistir a uma polarização contundente entre o grupo de moradores que se auto-reconhece e é reconhecido como “tradicional”, e um outro migrado para a região nas últimas duas décadas. Não obstante o abismo social que separa esses dois grupos, a renda não é o principal diferenciador, tornando-se, inclusive, secundária, ou mera demonstração da sobriedade, retidão, coesão familiar e do trabalho dos moradores “tradicionais”. Exemplo disso, é que são consideradas “tradicionais” várias famílias residentes no centro histórico, porém em casas bastante modestas e com renda familiar similar ao do grupo recém chegado.

Por ter como baliza mais importante de auto-classificação o critério de antiguidade, acreditamos ser propício utilizarmos alguns referenciais expostos por Neiburg, em sua introdução à obra de Elias<sup>59</sup>. *Mutatis mutandis*, vemos em Mariana que o grupo mais antigo coloca-se como *establishment*, um grupo que se auto-percebe e que é percebido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída através de tradição, autoridade e influência e fundando seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Contrário aos estabelecidos, são os forasteiros, ou *outsiders*.<sup>60</sup>

A “boa sociedade” se ancora em uma auto-imagem construída sobre uma possível ascendência nobre dos tempos coloniais e dos seus antepassados ricos fidalgos, em que Mariana era a grande cidade da Capitania das Minas Gerais. Enquanto isso, a população forasteira não passa de mera intrusa, pessoas sem cultura, de hábitos rudes e pouco afeita ao trabalho. Tal como seus antepassados, a missão dos estabelecidos, dos “cidadãos de bem”, é apartar-lhes à cidade ou, quando muito, domesticar-lhes. No entanto, como veremos, toda identidade não se faz sem uma boa dose de esquecimento, que além de um fazer social, é um ato violento de poder<sup>61</sup> (Pollak, 1989).

A população “tradicional”, estabelecida há algumas gerações no centro histórico, logo cunha termos para classificar a nova realidade social vivida pela cidade: “cidade nova” e “cidade velha”, “prainhas”, “cabanas”; “morador da cidade”, “trabalhadores da Vale” e “gente de fora”, são termos que se tornam hegemônicos na descrição espacial da cidade. Aqui, como lembra-nos Da Matta<sup>62</sup>, não se trata de mera descrição geográfica, os termos têm conotações sociais locais, exprimem “regiões sociais” que revelam relações de poder, antiguidade e hierarquia entre os espaços.

Não é difícil inferir o desenrolar desse processo. É claro que os ideais “progressistas” das famílias “bem nascidas” não podiam conviver com uma “malta” de pessoas que não compartilha minimamente dos seus anseios.

Todavia, num primeiro momento, como dissemos, o ideal de progresso suplantava qualquer outro sentimento e as contradições trazidas pela rápida urbanização ainda não eram sentidas pelos “cidadãos” de Mariana, ou estes estavam dispostos a pagar o preço. Foi na década 1990 que a cidade começou a viver sua “crise de confiança” no progresso, pelo menos no representado pelas mineradoras.

Eu fico pensando, como que eu deixei acontecer isso tudo, parece que eu tive amnésia esse tempo todo, porque hoje eu trabalho demais, mas eu fujo do meu serviço e vou defender Mariana, a qualquer hora e por que, que eu fiquei quieta esse tempo todo. Parece que tava anestesiada, parece que eu congelei. Eu não tinha a consciência do que tava acontecendo. Hoje em dia eu vejo o arrependimento que eu tenho, como se diz, de não ter caído a ficha a um tempo atrás, do que Mariana precisava na época.

Porque que eu não bati o pé, eu tenho um remorso de não ter acordado a um tempo atrás, com a visão que eu tô hoje.<sup>63</sup>

A população cresceu, baixos níveis de escolarização e saneamento básico foram somados a altos índices de desemprego e delinquência.

Com isso a cidade cresceu muito, que até 1970, como eu ia dizendo, Mariana era uma cidade pacata.

Hoje não, é uma cidade que deve ter ai, mais de dois ou três mil veículos, só carros, trafegando ai pelas ruas da cidade. Não é?

Com isso a cidade cresceu muito, também, em compensação, veio muita miséria, a pobreza que existe muito, roubos, crianças, pivetes roubando, as pessoas ai. A polícia toma providencia, quando toma, mas a justiça manda soltar por que é menor. Eu conheço um aqui que me assaltou, ele já foi umas dez vezes na cadeia, e tem ai Bispo, com Conselho Tutelar, com não sei mais o que ai... tudo pra proteger os menores ai... e eles fazendo o diabo ai e ninguém toma providência, autoridade nenhuma toma providência. Nós tamo aqui em Mariana com uma cidade sem lei, principalmente nesse caso ai. Assalto à mão armada ai, roubos etc.<sup>64</sup>

Nesse momento a população abastada do município se pergunta: o que teria acontecido com a sociedade marianense, “até então baluarte da moral e dos bons costumes?” “Estaria corrompida?” “Mas de quem seria a culpa?”.

Com a notoriedade das mazelas do progresso, a sociedade estabelecida cria uma auto-imagem exemplar, mais uma vez fundada em seu passado. O ideal de progresso é deixado um pouco de lado, agora associado à chegada do elemento “anômico”, que desestabilizou a “ordem”. A preservação do casario, das igrejas, volta a ser importante, pois são espaços dominados pelos estabelecidos e símbolos de seu passado e história.

Os estabelecidos atribuem todos os problemas sociais da cidade aos forasteiros, que são vistos como pessoas menores, de má índole. Sem história, sem passado, sem nome de família.

É um mal necessário, se as mineradoras não estivessem vindo para Mariana, Mariana tava muito mais... vivendo uma qualidade de vida melhor, sem problemas nenhum, questão de social, por que não ia ter essa pobreza que tem aqui, porque essa pobreza veio junto com elas, com as Companhias. Mariana não tinha essa pobreza que você vê nas ruas, as pessoas comiam bem. Elas plantavam, elas colhiam, tinham criação de galinha, na nossa própria cidade mesmo nós tínhamos criação de galinha, horta nas casas. Então nós vivíamos com aquela vida saudável. Então o que, que acontece, elas vieram pra cá... se elas gerou empregos pros marianenses, elas tirou muito mais do que gerou. Ela injetou aqui, piãozada, que engravidou família, se lembra disso? [pergunta

pra a amiga] Essa Prainha, mesmo começou com a Vale.... aquela infelicidade!

PESQ..Pensei que a Prainha já existisse?

Não, a Prainha foi construída depois da Vale, aquilo ali na Prainha era um tipo assim, dormitório de pão, alojamento. Depois é que começou, tinha um forrozinho, tinha um butequinho. Por exemplo: o homem engravidou a mulher, fez fez, já fazia um barraco ali mesmo.

Por isso que eu falo as mineradoras tirou muito mais de Mariana, do que oferece. A vida inteira!<sup>65</sup>

As pessoas vindas para a sede do município, no entanto, não estavam só em busca de um emprego, de uma casa. Estavam em busca de “dignidade” e queriam partilhar, ao seu modo, da vivência da cidade. Como observa Lefebvre:

Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produto e de bens materiais consumíveis), necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades vive e sobrevive um desejo fundamental (...) que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos.<sup>66</sup>

Todavia, todos os espaços da cidade lhes são fechados, negam-lhes a cidade, alienando-os de seu espaço. Nessas *guerras espaciais*, para usar o termo de Bauman (1999), o grupo com maior coesão interna tende a lançar estacas mais firmes, contar com um aparato mais eficaz de constrangimento e poder. Em nosso caso, o grupo de moradores tradicionais da cidade, com uma coesão interna muito maior (não obstante as tensões), vale-se mais eficazmente do poder. Além de dominar o aparato institucional<sup>67</sup>, que usa, invariavelmente, para apartar ou estigmatizar o estrangeiro.

A estigmatização mostra-se bastante eficaz, uma vez que os próprios indivíduos se sentem como que impuros para certos lugares. Cria-se uma espécie de “cordão sanitário” na cidade, que se materializa em várias ações e propostas, que visam a preservação do bucolismo da cidade velha, como se expressa no seguinte excerto.

Um político muito famoso aqui de Mariana, que foi secretário de cultura, filho aqui de Mariana, sugeriu um cinturão, aqui pra proteger o centro, o resto fazia o que quisesse, mas nunca foi aceito isso. (...)<sup>68</sup>

Esta “alienação” do espaço da cidade é mútua. Da mesma forma em que há quase um imperativo categórico, quanto ao trânsito de indivíduos da “periferia” em certos lugares da cidade, os “bem nascidos” sentem que certos espaços são indignos de sua presença. Estes até podem circular, aqueles não devem circular.

Um exemplo disso foi o resultado de uma pesquisa feita no ano de 2000, por um Núcleo de pesquisa ligado a Universidade Federal de Ouro Preto<sup>69</sup> que tem seu centro de Ciências Humanas situado na cidade de Mariana. Ao serem perguntados sobre a importância do patrimônio histórico, mais de 85% da população desconheciam o que significava tal expressão. Muitos jamais entraram em uma igreja barroca, ou em um museu:

Depois que vim de Pedras [Distrito de Mariana] pra mora aqui na cidade em... acho que 1986, pensava que ia te uma vida meio, mais, nós... No primeiro ano não consegui emprego, meus fio tava tudo duente, não tinha dinheiro nem prum pão. Ai o prefeito João Ramos...Oh home bão! Deu esse terreninho que ocê tá vendo ai e nós construiu nossa casinha (...). Mais na igreja lá du centro, da Sé, nós nunca coloco o pé. Só minhas fia, que já foram num batizado lá, mais eu não, igreja de rico...Nóis não é bem vindo lá não. (...) Fiquei muito tempo sem í à igreja despois que vim aqui pra Mariana, só fui volta despois que entrei pra crente, lá sim é bom todo mundo é pobre ninguém ri da gente. Mais antes, nós não saía daqui pra ir em missa de rico, lá na Sé, na São Francisco, só tem gente bem vestida. O que que eu vo fazê lá, pra eles ri de nós, eu não.<sup>70</sup>

Como dissemos, a segregação dos lugares da cidade não se dá apenas no meio da população forasteira; a população do centro desconhece bairros populares que ficam a menos de meio quilômetro do centro da cidade, como é o caso do bairro “Prainha”, um dos mais pobres da cidade. Ir ao bairro é um verdadeiro tabu na cidade. A cidade de Mariana “*como um todo apresenta as marcas da desigualdade de acessos aos seus equipamentos, espaços, lugares, determinando a alocação de seus cidadãos de acordo com seu local ocupado no quadro da cidadania*”.<sup>71</sup>

No entanto, podemos dizer que existem alguns espaços comuns a esses dois grupos, nesses espaços forasteiros e tradicionais se (des) encontram. Porém, mesmo esses pontos de intersecção são verticalizados, sejam eles a igreja matriz, ou o jardim central, para onde seguem quase todos os egressos da missa das seis nos dias de domingo.

## Notas

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Bolsista do CNPQ.

<sup>2</sup> Francisca, moradora do Centro, entrevista concedida ao autor em 25/05/2004.

<sup>3</sup> BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

<sup>4</sup> BARTH, Fredrik. "Grupos étnicos e suas fronteiras". In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade, seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

- <sup>5</sup> AGIER, Michel. Agier, Michel. Distúrbios Identitários em tempos de Globalização. *Mana*, Out 2001, vol.7, no.2, p.7-33. 2001.
- <sup>6</sup> Idem, p 09.
- <sup>7</sup> O cerne deste texto é tributário de pesquisas anteriores, que tiveram como pano de fundo o processo de urbanização da cidade de Mariana, bem com a acomodação das populações envolvidas. Reedito aqui algumas preocupações e apontamentos, que já estavam presentes em pesquisas anteriores, como meus trabalhos de Monografia (GRACINO JÚNIOR, Paulo. *O Retorno do Espírito: Pentecostais e religiosidade popular nas Minas Gerais do final do século XX*. Mariana: Monografia -Curso de Bacharelado em História Regional ICHS/ UFOP. 2000.) e Dissertação (GRACINO JÚNIOR. “*Barracões Barrocos*”: Memória, poder e adesão religiosa em Mariana-MG. Mestrado em Memória Social. ICHL/ Universidade do Rio de Janeiro. UNIRIO. 2003.) – ambos versando sobre a relação entre a inserção de grupos pentecostais no município e os desdobramentos desse processo de urbanização – e meu projeto de tese de doutorado, que versa sobre a relação entre a identidade mineira e a baixa adesão ao pentecostalismo em algumas áreas do território mineiro. Faz-se importante ressaltar, que muitas entrevistas utilizadas para confecção deste texto foram realizadas pelo bolsista Francisco Samarino e Souza, por ocasião de um projeto financiado pelo CNPQ em 2004, quando fui professor substituto de sociologia do departamento de História da UFOP, o mesmo visava mapear o significado atribuído ao espaço da cidade por seus diversos atores.
- <sup>8</sup> BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
- <sup>9</sup> AGIER, Michel. *Op Cit*, p 10.
- <sup>10</sup> Idem, p 18.
- <sup>11</sup> HOBBSWAN, E. e RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições. Introdução*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. p 28. 1988.
- <sup>12</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. 1990.
- <sup>13</sup> A esse respeito ver também, SANTOS, Myrian S. Teoria da Memória, Teoria da Modernidade. In: AVRITZER, Leandro e Domingues, José Maurício. *Teoria Social e Modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2000.
- <sup>14</sup> BOVO, Luís Sartorelli. *Mariana: berço de varões ilustres*. Coleção Evocando fatos e homens. Vol. 2. São Paulo. (SE). 1976.
- <sup>15</sup> LEEDS, Antony & LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1978. p 38.
- <sup>16</sup> Como toda boa construção mnemônica, as disputas são inerentes ao estabelecimento das verdades sobre o passado. Desta forma, as disputas para estabelecer os “verdadeiros” desbravadores das terras marianenses ganham vários contornos, que não nos cabe aqui engrossar. A esse respeito ver: VASCONCELOS, Salomão de. *Bandeirismo*. Belo Horizonte: Oliveira Costa, 1944. (Biblioteca Mineira de Cultura, 15). VASCONCELLOS, Silvio de. 1956. *Vila Rica; formação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956. 318 p. (Biblioteca de Divulgação Cultural, 6).
- <sup>17</sup> Discurso proferido por ocasião do aniversário de Mariana (dia de Minas Gerais). Roque Camêllo, Presidente da Academia Marianense de Letras . CAMÊLLO, Roque J. O. (Org). 1991. *16 de Julho: O Dia de Minas*. Discursos, pronunciamentos, ensaios, crônicas e poemas sobre a data constitucional mineira. Belo Horizonte: Editora Lemi 1991.
- <sup>18</sup> Temos em mente as teses que comprovam o vigor econômico da Capitânia de Minas Gerais mesmo após o refluxo aurífero. Entretanto, procuramos nos ater apenas à população da Sede municipal, que realmente teve um significativo declínio no século dezanove. Embora sejam escassos os estudos sobre a evolução demográfica da região de Mariana, podemos citar alguns trabalhos que tratam com mais detalhes o assunto, ver: LIBBY, Douglas C. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense. 1988. ANDRADE, Francisco Eduardo. 1998. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. In GONÇALVES, Andréa L. et al. *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP. p. 113-125 e ALMEIDA, Carla Maria C. 1995. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *Revista de História*, Mariana, nº 5. p. 88-111.
- <sup>19</sup> Podemos ver uma descrição muito acurada do inglês Richard Burton, vindo do Inficionado, atual distrito de Santa Rita Durão, que esteve na cidade ano de 1867, que descreve Mariana com muitos

- problemas (a seus olhos) e como uma apática cidade clerical, contrastando com a descrição que Saint-Hilaire dera da cidade, menos de cinquenta anos antes (1816-1822). Para maiores detalhes ver: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975. 378 p. (Reconquista do Brasil, 4). E BURTON, Richard Francis.. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Trad. David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp. (Reconquista do Brasil, 36). 1975.
- <sup>20</sup> Alphonsus de Guimarães, conhecido poeta, foi jurista na cidade de Mariana durante as primeiras décadas do Século XX.
- <sup>21</sup> GUIMARÃES, Alphonsus. *Obras Completas*. Belo Horizonte: Coleção mineirianas.. 1960. p 30.
- <sup>22</sup> A esse respeito estamos nos baseando em Jornais da época, bem como em: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Mariana*. Belo Horizonte: Edição do Autor. 1932.
- <sup>23</sup> Trecho da carta de Alphonsus de Guimarães a seu filho João. In: GUIMARÃES FILHO, Alphonsus de. *Alphonsus de Guimarães: no seu ambiente*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. 1995.p 356.
- <sup>24</sup> Expressões retiradas dos versos do poeta Alphonsus de Guimarães. IN: GUIMARÃES, Alphonsus. *Op Cit.* p 75.
- <sup>25</sup> Menção ao sargento-mor de artilheiros José Fernandes Pinto Alpoim, um dos mentores do plano urbanístico da cidade ainda no século XVIII.
- <sup>26</sup> Menção ao mestre pedreiro José Pereira Arouca, responsável pelo traçado de algumas construções da cidade.
- <sup>27</sup> Dona Filomena, moradora do Centro, entrevista concedida ao autor, em 04/06/2005.
- <sup>28</sup> LE GOFF, J. 1990. *História e memória*. Campinas: Unicamp. E NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. HISTÓRIA E CULTURA. Projeto História. (10). 1993. pp. 7-28.
- <sup>29</sup> Margarida, presidente de uma ONG preservacionista. Entrevista concedida ao autor em, 08/03/2001.
- <sup>30</sup> Idem.
- <sup>31</sup> Aqui nos referimos a proibição da instalação na Capitania das ordens religiosas regulares, ligadas ao clero. O que contribuiu para instauração das ordens terceiras leigas. A esse respeito ver. HOONAERT, Eduardo (Org). *História da Igreja no Brasil*. Primeira época. Petrópolis: Vozes.1979 e HOONAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colônia*. 1550-1800. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- <sup>32</sup> Arnaldo Gomes. Membro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Entrevista concedida ao autor, em 05/05/2005.
- <sup>33</sup> Fundação João Pinheiro. 1978. Relatório para a preservação dos Centros Históricos de Ouro Preto e Mariana.
- <sup>34</sup> FISCHER, Mônica. *Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais/UFMG. 1993.
- <sup>35</sup> Anuário Estatístico de Minas Gerais – SICEI/SEPLAN-MG.
- <sup>36</sup> Aqui vale fazer um adendo. Embora referimo-nos a CVRD como situada no Município de Mariana, a companhia na verdade foi instalada em Timbopéba, próximo ao distrito de Antonio Pereira, pertencente à cidade de Ouro Preto. No entanto, esse distrito situa-se mais próximo da sede do município de Mariana, que com isso abriga quase todos seus operários. MARIANA. SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. CENTRO DE CULTURA DO SESI-MARIANA. Arquivo. Estatísticas da Unidade. 2001.
- <sup>37</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. *Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia Urbana) Instituto de Geociências da UFMG. 1995.
- <sup>38</sup> Anuário Estatístico de Minas Gerais – SICEI/SEPLAN-MG.
- <sup>39</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo de 1980.
- <sup>40</sup> MOURA SANTOS, Waldemar de. *Lendas Marianenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1967. p 65.
- <sup>41</sup> BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense.
- <sup>42</sup> Cartaz da Época. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

- 
- <sup>43</sup> Margarida, presidente de uma ONG preservacionista. Entrevista concedida ao autor em 25/06/2004.
- <sup>44</sup> Imaculada, moradora do Centro histórico. Entrevista concedida ao autor em 23/06/2004.
- <sup>45</sup> FISHER, Mônica. *Op Cit.*
- <sup>46</sup> Margarida. *Op Cit.*
- <sup>47</sup> Na mesma época foram relatados vários movimentos contrários a construção do referido ginásio, que além de contrastar com o patrimônio da cidade, tomava o lugar da antiga fábrica de tecidos.
- <sup>48</sup> Jornal Monumento, 12 de novembro de 1987.
- <sup>49</sup> Idem, 17 de janeiro 1989.
- <sup>50</sup> Jornal Tribuna Marianense, 20 março de 1989.
- <sup>51</sup> FISHER, Mônica. *Op Cit.*
- <sup>52</sup> Imaculada. *Op Cit.*
- <sup>53</sup> GRACINO JÚNIOR, Paulo. Visões da Cidade: memória, poder e preservação em Mariana. *Revista Vivência*. Natal: UFRN. 2005. 179-199.
- <sup>54</sup> BOURDIEU, Pierre Efeitos de Lugar. In BOURDIEU, Pierre (Org.). *Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes.1998. pp.159-166.
- <sup>55</sup> BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999. p 102.
- <sup>56</sup> A burocracia municipal é amplamente dominada pelos membros da “boa sociedade” marianense e praticamente impenetrável aos forasteiros. Mesmo os cargos mais técnicos de alguma secretaria tem como premissa básica para sua ocupação o fato de ser “nativo” de Mariana. Essa hegemonia desemboca numa série de medidas que visam barrar a participação dos outsiders nas instâncias decisórias da cidade.
- <sup>57</sup> A esse respeito ver: Núcleo de Estudos Aplicados e Sócio-Políticos Comparados (NEASPOC). 1999. *Primeira Pesquisa de Opinião Pública: Município de Mariana-MG*.
- <sup>58</sup> Este foi apenas um esboço de uma classificação, que atende as exigências do trabalho para qual foi desenvolvida, e não tem nenhuma pretensão de esgotar as categorias para a cidade de Mariana, apenas nos baseamos em fases de ocupação, local de moradia e trabalho. Os dados numéricos foram baseados no Mini-senso de 1996. IBGE.
- <sup>59</sup> ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.
- <sup>60</sup> Termos tomados de Norbert Elias. *Op Cit.*
- <sup>61</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, N.3, Rio de Janeiro, CPDOC. 1989. pp-3-13.
- <sup>62</sup> DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- <sup>63</sup> Margarida. *Op Cit.*
- <sup>64</sup> Arnaldo Gomes. Membro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Entrevista concedida ao autor em 24/09/2004.
- <sup>65</sup> Emília, moradora do centro histórico. Entrevista concedida ao autor em 03/10/2005.
- <sup>66</sup> LEFEBVRE, Hery. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes. 1991.p104.
- <sup>67</sup> Aqui pensamos no aparato público e privado, uma vez que a dita “elite” da cidade tem o monopólio tanto do setor público (Poder Municipal, Câmara de Vereadores, etc.), quanto do privado (Jornais, comércio, etc).
- <sup>68</sup> Eleonora, moradora do centro histórico. Entrevista concedida a Francisco Samarino em 03/10/2003.
- <sup>69</sup> NEASPOC. *Op Cit.*

<sup>70</sup> João Mendes. Migrante morador da periferia da cidade. Entrevista concedida a Francisco Samarino, em 21/08/2003.

<sup>71</sup> BAUMAN, Z. 1999. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p 62.

Artigo recebido em 04/10/2007 e aprovado em 06/11/2007